

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.403, DE 2000

Altera a redação do § 3º do art. 18 da Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a indicação dos representantes dos trabalhadores e dos empregadores no CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

Autor: Deputado Eunício Oliveira

Relator: Deputado Pedro Corrêa

I - RELATÓRIO

O ilustre Deputado Eunício Oliveira apresenta o PL n.º 3.403, de 2000, que altera a redação do § 3º do art. 18 da Lei n.º 7.998, de 1990, com o objetivo de excluir as centrais sindicais do processo de indicação dos representantes dos trabalhadores no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat.

Em sua justificação, o autor argumenta que a indicação de conselheiros pelas centrais sindicais “fere as diretrizes constitucionais, incluindo o princípio da unicidade sindical, que confere às confederações a representatividade das categorias, em nível nacional”.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É meritória a iniciativa do ilustre Deputado Eunício Oliveira, ao propor a alteração do dispositivo que regula a indicação dos representantes dos trabalhadores no Codefat, no sentido de restringi-la às confederações de categorias profissionais.

A exclusão das centrais sindicais do processo de indicação dos conselheiros do Codefat justifica-se, ao nosso ver, em função da interpretação conjunta do art. 8º, *caput* e inciso II, e do art. 10, ambos da Constituição Federal.

Embora o *caput* do art. 8º estabeleça ser livre a associação profissional ou sindical, como princípio geral que, s.m.j., ampara a existência de centrais sindicais, seu inciso II preserva o princípio da unicidade, ao vedar a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial. Assim, embora os trabalhadores possam se filiar a centrais e utilizá-las como canais de comunicação de seus objetivos comuns, seus *interesses profissionais* devem, obrigatoriamente, ser vocalizados pela organização sindical baseada em sindicatos, federações e confederações.

Por sua vez, a participação dos trabalhadores em colegiados de órgãos públicos é assegurada, no art. 10, sempre que “seus *interesses profissionais* ou previdenciários sejam objeto de deliberação e discussão”. Por conseguinte, sua participação em conselhos como o Codefat e Conselho Curador do FGTS só é garantida porque os mesmos tratam de assuntos de interesse das categorias profissionais. Portanto, nada mais lógico que sejam apenas as confederações – e não as centrais sindicais – as entidades a indicarem representantes para tais órgãos colegiados, por se constituírem nas únicas entidades sindicais legítima e legalmente representativas das categorias profissionais.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL n.º 3.403,
de 2000.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado Pedro Corrêa
Relator

109162.080